



## Declaração de Recife da 19ª Conferência Internacional sobre Adaptação Baseada na Comunidade

A 19ª Conferência Internacional sobre Adaptação Baseada na Comunidade (CBA19) foi realizada em Recife, Brasil, de 12 a 16 de maio de 2025. O evento reuniu mais de 400 participantes de 63 países para uma semana de discussões, debates e ações centradas no tema principal de alcançar uma adaptação justa e equitativa, além de identificar formas de avançar na agenda de adaptação liderada localmente (LLA) diante de um contexto internacional em transformação.

A conferência CBA é um evento anual que permite a profissionais, formuladores de políticas, pesquisadores e doadores compartilharem os mais recentes avanços em LLA, fortalecer redes e desenvolver capacidades para enfrentar os crescentes impactos das mudanças climáticas. Durante os cinco dias da CBA19, foram realizadas 27 sessões sob três temas principais: adaptação liderada localmente (LLA) em ação, adaptação urbana e natureza/adaptação. O programa também incluiu apresentações rápidas, sessões “fora da caixa” e um processo estilo “shark tank”, que incentivou discussões mais amplas e inovação.

Na plenária final da conferência, os participantes adotaram a Declaração de Recife.

**Nós, como uma comunidade de profissionais, pesquisadores e ativistas, estamos consternados com a falta de progresso na inclusão sistemática das vozes locais nas ações climáticas.** Apesar de mensagens como as que emergem desta conferência terem sido comunicadas e amplificadas por anos, vemos pouca mudança nas estruturas de poder e uma crescente vulnerabilidade das comunidades ao redor do mundo. Solicitamos respeitosamente à Presidência da COP30 e a todos os atores da UNFCCC – pesquisadores, profissionais, sociedade civil e outros apoiadores da ação liderada localmente – que ouçam os inúmeros apelos por ação e trabalhem para deixar de lado platitudes e compromissos vagos, focando nas ações necessárias para garantir um futuro justo e equitativo para todos.

### **Mensagens-chave da conferência:**

#### **1. As comunidades devem definir o sucesso e moldar o aprendizado**

Os sistemas atuais de monitoramento e avaliação são extrativistas e frequentemente falham em oferecer clareza sobre o que está acontecendo no nível local. Os programas devem permitir que as comunidades definam o que significa sucesso. Devemos nos afastar de avaliações tecnocráticas e adotar abordagens centradas nas pessoas, desenhadas por, com e para as comunidades, incorporando experiências, conhecimentos e aprendizados diversos.

## **2. Soluções baseadas na natureza devem incluir também "soluções baseadas na cultura local"**

Reconhecendo a ligação vital entre natureza, pessoas e cultura. Formuladores de políticas e financiadores devem reconhecer que o conhecimento local e indígena é central para as soluções baseadas na natureza. Isso é fundamental para atender às necessidades e prioridades das comunidades que vivem mais próximas da natureza e os valores que atribuem a ela.

## **3. Financiamento responsivo exige reconceituação do risco e aumento da confiança**

O financiamento para adaptação precisa focar na provisão de recursos diretos, flexíveis, previsíveis e transparentes para o nível local. Os financiadores climáticos devem confiar nas comunidades e trabalhar com elas para superar percepções tradicionais de risco – incluindo a simplificação de regras e procedimentos excessivamente complexos que criam barreiras de acesso.

## **4. Integração de sistemas de conhecimento diversos na ação climática**

Isso é fundamental para fortalecer a resiliência comunitária e uma adaptação justa, incluindo a ponte entre conhecimentos ancestrais, tradicionais, indígenas, científicos, técnicos, interseccionais e populares – reconhecendo o profundo entendimento e capacidades adaptativas já existentes entre os Povos Indígenas, Comunidades Locais e Afrodescendentes.

## **5. Não há justiça climática sem justiça de gênero**

Mulheres e meninas, em toda sua diversidade, são desproporcionalmente afetadas pelas mudanças climáticas e perda da biodiversidade. Deve-se criar espaço dentro das estruturas de poder existentes para a participação significativa e liderança das mulheres em todos os fóruns. Isso deve fazer parte de uma abordagem interseccional mais ampla que considere as múltiplas dimensões da identidade e experiência humana, como idade, habilidades diversas, etnia e raça.

## **6. Direitos de segurança de posse**

Os direitos de segurança de posse da propriedade e da terra para comunidades locais, mulheres, Povos Indígenas e comunidades afrodescendentes devem ser reconhecidos. A segurança da posse é essencial para uma adaptação justa e equitativa e para garantir que os grupos mais marginalizados tenham agência para agir diante das mudanças climáticas.

## **7. Redefinir a responsabilização para que ela desça até as comunidades**

Os processos de responsabilização permanecem amplamente verticais e orientados por doadores. Para possibilitar uma adaptação justa e equitativa, os financiadores devem se responsabilizar perante as pessoas e comunidades na linha de frente da crise climática, com sistemas desenhados de forma colaborativa.

## **8. O risco climático é socialmente construído**

Percepções de risco são moldadas por discriminação, governança e acesso desigual a recursos e serviços. Precisamos reformular a narrativa cansada de que o risco é "natural", a fim de permitir uma redução de riscos equitativa, socialmente justa e participativa. Isso exigirá uma ampla gama de perspectivas e colaborações não convencionais.

## **9. “Negócios fora do comum” devem se tornar o novo “normal”**

Mudar práticas tradicionais e adotar formas não convencionais de trabalho são essenciais para alcançar uma adaptação justa e equitativa. Isso inclui a descentralização do poder de decisão e a adoção de processos participativos e liderados localmente, que sustentem a democracia e a justiça climática ao colocar recursos financeiros diretamente nas mãos das comunidades.

## 10. Organizações intermediárias têm um papel importante na adaptação climática

Isso inclui fazer a ponte entre conhecimento, políticas e práticas, e enfrentar questões de burocracia, tradução e exigências. Organizações intermediárias podem – e devem – usar sua posição, acesso e influência para dar voz às comunidades e defender a agenda da adaptação liderada localmente.

## 11. Priorizar equidade e inclusão no planejamento urbano e nas políticas públicas

Políticas de planejamento urbano e sistemas habitacionais devem desmontar discriminações sistêmicas e desigualdades espaciais que exacerbam vulnerabilidades climáticas – especialmente em assentamentos informais. O planejamento e a ação para adaptação devem ajudar a enfrentar essas questões ao colocar as perspectivas comunitárias no centro, engajar redes e priorizar equidade e inclusão.

Agradecemos às seguintes organizações que possibilitaram que profissionais, formuladores de políticas, doadores e outros participantes se reunissem no CBA19 para compartilhar os mais recentes avanços em LLA, fortalecer redes e capacitar para enfrentar os crescentes impactos das mudanças climáticas.

### Parceiros anfitriões



### Parceiros financiadores



### Parceiros colaboradores

